

## UNIVERSIDADE BRASILEIRA – AÇÕES AFIRMATIVAS

Leda Maria de Oliveira Rodrigues

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC-SP - Brasil

[ledamor@uol.com.br](mailto:ledamor@uol.com.br)

[ledaorodrigues@gmail.com](mailto:ledaorodrigues@gmail.com)

### Resumo

Esta pesquisa discute a política de ação afirmativa ProUni, programa universidade para todos, e as cotas em universidades públicas brasileiras. Partindo de dados apresentados por pesquisadores da rede pública federal, perguntamos, é democrático ser a favor das ações afirmativas? A discussão baseia-se no modelo de análise desenvolvida por Bourdieu. Os dados sobre os bolsistas do ProUni foram coletados a partir de entrevista e da análise de documentos. As informações sobre os estudantes cotistas foram retiradas de pesquisas realizadas nas universidades federais. Abordamos a permanência e o aproveitamento dos estudantes cotista e do ProUni. Discutimos a pertinência das ações afirmativas num país com desigualdades gritantes. Os conceitos de Bourdieu e outros dirigem a análise.

Palavras-chave: ensino superior; ações afirmativas; ensino básico

### Introdução

A política de ações afirmativas (AF) para o ensino superior no Brasil é bastante recente, pois foi implantada no governo Lula da Silva no ano de 2004. Essas ações consistem em reserva de vagas para estudantes egressos do ensino médio público, especialmente para negros, pardos e índios, lei das cotas. No que diz respeito aos grupos sociais definidos pela etnia e desprivilegiados socialmente, as AF implantadas reservam 50% das vagas em cada processo seletivo nas instituições federais de ensino superior - universidades públicas.

Concorrem a essas vagas estudantes egressos do ensino médio público e com renda familiar bruta per capita mensal igual ou inferior a um salário mínimo<sup>1</sup> e meio, 1017 reais ou 339 euros, aproximadamente.

O número de vagas deve ser no mínimo proporcional à soma de negros, pardos e indígenas na população da unidade da federação (Estado), onde se localiza a instituição que oferece essas vagas, respeitando sempre o último censo demográfico realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Além da lei das cotas as ações afirmativas do governo Lula incluem o Programa Universidade para Todos – ProUni, favorecendo indivíduos de classes populares egressos do ensino médio público, com vagas no ensino superior privado. Neste caso, os estudantes que concorrem a essas vagas também devem ter uma renda familiar bruta per capita que não exceda o valor de até um salário mínimo e meio, para obter uma bolsa integral. A bolsa de estudo parcial de 50% é concedida aos estudantes cuja renda familiar per capita não exceda o valor de até três salários mínimos, 2034 reais ou 6102 euros.

Tendo como objeto de estudo as ações afirmativas, em 2005 iniciei uma pesquisa com alunos do ProUni que formavam as primeiras turmas de universitários que usufruíam desse benefício. O objetivo dessa pesquisa foi conhecer as características socioeconômicas desses estudantes, além de verificar o aproveitamento acadêmico e a permanência deles na instituição universitária.

A primeira parte dos resultados apresentados neste texto trata da investigação realizada com estudantes do ProUni, quando acompanhamos 50 estudantes desde sua entrada na universidade. Pudemos também analisar como ocorreu a permanência e o aproveitamento acadêmico desses estudantes, de forma longitudinal, ou seja, de 2005 a 2009 ou 2010, dependendo do tempo de curso, quatro ou cinco anos de formação.

A segunda parte dos resultados trata de especificar o que vem ocorrendo com os estudantes negros, pardos e índios que adentraram ao ensino superior pela lei das cotas. Neste caso, partimos de trabalhos realizados por professores de instituições federais de ensino superior, portanto, públicas.

As ações afirmativas estão em vigor no Brasil desde 2005 e trazem para a universidade estudantes até então não esperados, pois pertenciam às classes populares.

---

<sup>1</sup> Um salário mínimo no Brasil em 2013 equivale a 678 reais ou 2034 euros, ou ainda, 1356 dólares americanos.

Normalmente, segundo a teoria sociológica da educação, adentram ao ensino superior jovens oriundos de famílias de classes médias. Nesta direção estão os trabalhos de Bourdieu (2005) que analisam como e porque sujeitos oriundos de classes médias e elites têm uma trajetória escolar de sucesso, e porque é natural que ingressem no ensino superior.

Ressalta o autor que a ação do meio familiar de origem “sobre o êxito escolar é quase que exclusivamente cultural”<sup>2</sup>. Lembramos também dos trabalhos de Foracchi (1977)<sup>3</sup> que analisam a origem social de estudantes paulistas mostrando a sua relação de dependência familiar, ao mesmo tempo em que buscam sua emancipação a partir do trabalho e profissionalização. Foracchi (1977) analisa a relação entre ser estudante de ensino superior, pertencer às classes médias e defender seus interesses enquanto classe - ascensão e preservação do status quo - procurando manter-se no ensino superior. Outro trabalho nesta linha de análise é o de Augusto<sup>4</sup>, que foca especialmente estudantes de classes populares matriculados no ensino superior privado. Augusto analisa o perfil desses estudantes e como conciliam o estudo e o trabalho, neste caso, necessário e imprescindível para manutenção da família e dos estudos.

Já o trabalho de Saes (1977)<sup>5</sup> aponta para a discussão entre pertencer à classe média assalariada e procurar se distanciar da proletarização a partir de trabalhos não manuais. Nesse artigo onde analisa a classe média e sua relação com o ensino, Saes discute o medo da proletarização dessa classe e explica que esse medo representa a rejeição da classe média quanto à igualização socioeconômica do trabalho manual e do trabalho não manual.

Por outro lado, Bourdieu (2005) em seus textos sobre sociologia da educação, especialmente nos que tratam da exclusão escolar, esclarece que a origem social dos agentes é fundamental para aquisição de determinadas disposições facilitadoras para

---

<sup>2</sup> Pierre Bourdieu. A escola conservador: as desigualdades frente à escola e à cultura. In: Maria Alice Nogueira; Afrânio Catani. *Escritos de educação*. Petrópolis, Editora Vozes, 2005, p. 41-42

<sup>3</sup> Marialice M. Foracchi. *O estudante e a transformação da sociedade brasileira*. São Paulo, Companhia das Letras, 1997, segunda parte, item 3.

<sup>4</sup> Maria Helena Augusto. Retomada de um legado intelectual – Marialice Foracchi e a sociologia da juventude. In: *Tempo Social, revista de sociologia da USP*, v.17, n.2, 2005, p.16.

<sup>5</sup> Décio Saes. Classe média e política de classe: uma nota teórica. In: *Contraponto*, n.º. 2, nov. Rio de Janeiro, 1997, p. 100

enfrentarem as regras da instituição escolar, ou, nas palavras de Lahire<sup>6</sup>, “(...) as regras do jogo escolar”.

A leitura desses autores nos permite pensar ser plausível que as classes médias prevejam e privilegiem uma trajetória escolar longa e completa para seus filhos. Isto faz com que as classes médias procurem a educação como forma de ascensão e de diferenciação enquanto classe, na visão de Foracchi (1997) e Bourdieu (2007), respectivamente.

Tendo como referência esses trabalhos colocamos o problema a ser discutido neste estudo. Quais são os novos desafios que enfrenta a universidade brasileira em se tratando do currículo, trabalho docente e pesquisa, diante desta nova realidade, a de estudantes oriundos de classes populares? Também queremos analisar a importância da lei de cotas e o quanto ela é de fato democrática?

Os autores permitiram, ainda, a colocação de duas hipóteses. A primeira considera a idéia de que o ES é procurado pelas classes médias, em busca de ascensão e diferenciação social, portanto os sujeitos que adentram ao ES privado pelo ProUni e universidades federais pelas cotas, oriundos de classes populares, não buscam esses objetivos, pelo menos na importância considerada pelas classes médias. O diploma dos beneficiários é considerado simbolicamente igual aos demais, mas na prática esse valor simbólico será desmistificado pelas diferenças de capital escolar, mas principalmente de capital cultural perante as classes médias altas e elites.

Nossa segunda hipótese considera que as ações afirmativas não são democráticas. Num país em que as desigualdades sociais são gritantes, as cotas podem atender, em parte, as necessidades imediatas de alguns brasileiros, mas marca a posição e a intenção de se manter um sistema educacional básico dual<sup>7</sup>, para o qual não se planeja uma reforma de qualidade. Assim, as desigualdades educacionais e sociais permanecem sem perspectivas de reformas efetivas a longo prazo.

---

<sup>6</sup> Bernard Lahire. *Sucesso Escolar nos meios populares- as razões do improvável*. São Paulo, Editora Ática, 2004, p. 19.

<sup>7</sup> Sistema educacional dual expressa a realidade da educação brasileira, escolas para ricos e escola para pobres, como denunciava Anísio Teixeira. Entendemos que o sistema de cotas para negros, pardos e índios reforça ainda mais a realidade da escola dual, da seguinte forma: escola para negros e escolas para brancos, caso não se proponha uma reforma de qualidade no ensino básico, paralelamente à vigência do sistema de cotas até 2016.

Na sequência do texto, no item desenvolvimento, discutiremos as hipóteses colocadas aqui tendo como base as informações obtidas em nossas pesquisas e o apoio dos autores já anunciados.

## **Desenvolvimento**

Iniciaremos a discussão sobre o caso da ação afirmativa ProUni, apresentando dados de uma pesquisa empírica realizada junto aos estudantes do ProUni logo após sua implementação em 2005. Acompanhamos a forma como 50 estudantes permaneceram na universidade<sup>8</sup> até o término do curso escolhido, ou seja, ano de 2008 ou 2009, quatro ou cinco anos depois, dependendo do curso. Os 50 estudantes pertenciam a cinco cursos escolhidos para serem investigados, conforme critérios por nós determinados, cursos mais ou menos valorizados socialmente. A relação candidato / vaga do vestibular da FUVEST, na época, foi empregada como parâmetro que determina cursos mais ou menos valorizados. Com esses critérios encontramos cinco cursos, três da área de humanas, Direito, Pedagogia e Ciências Sociais e outros dois da área de humanas e da saúde, Psicologia e Fonoaudiologia. Os cursos de Direito e Psicologia à época eram considerados mais valorizados socialmente e Pedagogia, Ciências Sociais e Fonoaudiologia os menos valorizados. Formamos então dois grupos, cada um com 25 estudantes.

Frente aos dados que caracterizam os estudantes bolsistas, na categoria idade, verificamos que a idade deles está acima da idade própria e comum entre jovens das classes médias e elites ao adentrarem o ensino superior. No primeiro grupo, Fonoaudiologia, Pedagogia e Direito encontramos três deles com 20 anos, 13 com 22 anos, quatro deles com idade entre 30-34 anos e cinco com mais de 34 anos.

No segundo grupo, cursos de Ciências Sociais e Psicologia encontramos, nove estudantes com 18 anos, 14 com 22 anos, um com 30 anos e um com 45 anos.

Considerando os dois grupos pesquisados, num deles a faixa etária está entre 20-34 anos e no outro entre 18-45anos. Por último, entre os 50 estudantes pesquisados, apenas nove deles tinham 18 anos.

---

<sup>8</sup> Os estudantes pesquisados pertenciam a uma universidade privada de qualidade e sem fins lucrativos do sudeste brasileiro.

Com exceção dos nove estudantes que tinham na época 18 anos, os demais se encontram muito acima da idade própria esperada para adentrarem ao ensino superior.

Procurando caracterizar os estudantes quanto ao nível socioeconômico, as informações expressam que: os pais dos estudantes têm na sua maioria pouca escolarização. Se considerarmos 100 pais, somando-se todos os pais e mães dos dois grupos, teremos 13% dos pais com ensino superior completo, o que é muito pouco. Isto mostra que a maioria dos pais, 87% só fez ensino fundamental ou básico completo.

Quanto à ocupação dos pais, podemos dizer que nos dois grupos predominam as ocupações que exigem pouca escolarização ou nenhuma qualificação. Assim, no grupo de 50 pais (pai e mãe) as ocupações são caracterizadas por manuais, por exemplo: carpinteiro, mecânico, costureira, metalúrgico. Apenas uma das mães é psicóloga, e um dos pais é pequeno empresário, pois sua empresa tem menos de cinco empregados.

A renda familiar bruta das famílias dos estudantes bolsistas está determinada pelos critérios do programa, ou seja, não pode exceder a um salário mínimo e meio per capita para bolsa integral e até três salários mínimos per capita para bolsa parcial.

O que podemos concluir pelos dados obtidos nas entrevistas é que esses estudantes pertencem às classes populares: pela renda familiar, pelo baixo nível de escolarização dos pais e pelas ocupações qualificadas como manuais. Pode-se deduzir que estes estudantes contrariam a sociologia da educação, segundo Bourdieu, Saes e Foracchi, pois com esse perfil não eram esperados no ES, dadas as características socioeconômicas encontradas no grupo estudado.

Em 2010, dando prosseguimento à pesquisa, levantamos dados sobre a entrada e permanência dos estudantes bolsistas, a partir do histórico escolar de cada um deles. O estudo longitudinal foi realizado na mesma instituição de ES privado e consideramos os mesmos estudantes que responderam a entrevista na fase de caracterização dos sujeitos. Nesta fase do trabalho o número de estudante passou para 58, em função das matrículas por transferência ocorridas ao longo dos anos.

Estudamos como se dá a permanência dos estudantes bolsistas, quantos se evadem do curso, em quantos anos se formam, tempo normal ou fora do tempo (alongam o tempo de curso); verificamos também o aproveitamento acadêmico de cada um deles nos dois grupos. Para isso analisamos a média dos estudantes, número de alunos aprovados e número de reprovados.

A situação até aqui encontrada frente aos bolsistas ProUni mostra que eles estão alcançando aproveitamento nos cursos analisados. Considerando os 58 estudantes, verificamos que 38 deles conseguiram a média 7,0 (sete), enquanto a exigida para aprovação na universidade pesquisada é 5,0 (cinco). Estão, portanto, acima da média.

Mesmo pertencendo às classes populares, os dados apontam que esses estudantes, tendo adentrado ao ensino superior conseguiram aproveitar e acompanhar as informações obtidas e ficaram um pouco acima da média cinco, exigida para a aprovação naquela instituição.

Segundo os dados acima, sobre as características dos estudantes do ProUni, e conforme apontam estudos já realizados “(...) a ação do meio familiar sobre o êxito escolar é quase exclusivamente cultural” (Bourdieu, 2005, p. 42); podemos afirmar que o êxito desses estudantes ProUni com média 7,0 (sete) reflete a potencialidade do capital cultural herdado de seus meios familiares em traduzir as informações obtidas nos conteúdos disciplinares, embora seja esse capital cultural de pequeno volume, considerando que a renda das famílias é de no máximo três salários mínimos. Outro fator que pode ter favorecido o rendimento satisfatório dos bolsistas seria as novas relações sociais que podem ter estabelecido entre seus pares no ES. Estas relações sociais podem ter sido revertidas em capital cultural, e isto pode ter facilitado o desempenho desses estudantes. Todavia,

“(…) Uma análise multivariada, levando em conta não somente o nível cultural do pai e da mãe, o dos avós paternos e maternos e a residência no momento dos estudos superiores e durante a adolescência, mas também um conjunto de características do passado escolar, como, por exemplo, o ramo do curso secundário (clássico, moderno ou outro) e o tipo de estabelecimento (colégio ou liceu, instituição pública ou privada), permite explicar quase que inteiramente os diferentes graus de êxito obtidos pelos diferentes subgrupos definidos pela combinação desses critérios; e isso sem apelar, absolutamente, para as desigualdades inatas.” (Bourdieu, 2005, p. 43)

Isso explicaria que o conhecimento desses sujeitos, adquirido no ES poderá ser inferior ao das classes médias altas e elites, que partem de uma herança mais significativa de capital cultural e por terem frequentado cursos em escolas de melhor qualidade, por exemplo, no ensino privado. Queremos dizer, as classes populares terão

mais dificuldades de alcançar objetivos mais altos, não por incapacidade, mas pelo pequeno volume de capital cultural herdado de seus meios familiares, e pelas ações da escola capitalista que trabalha constantemente pela eliminação dos sujeitos desfavorecidos socialmente. Além disso, temos que considerar a trajetória escolar anterior dos estudantes pesquisados, ou seja, todos são egressos do ensino público brasileiro que é de má qualidade.

A situação acadêmica do aluno ProUni entre 2005-2010 segundo as categorias<sup>9</sup> criadas para esse estudo apontam uma tendência para esses jovens. De um total de 58 estudantes 20 deles são casos diferenciados, pois se encontram nas categorias: *formados fora do tempo*; *permaneceram matriculados* - pois foram reprovados em uma ou outra disciplina e por isso, são candidatos a se formarem fora do tempo; *reprovados por nota ou frequência insuficiente* - não conseguimos a especificação precisa deste dado, e *desistiram do curso*. Vinte sujeitos nestas situações sobre 58 não é pouco, aproximadamente 34,5% ou seja, mais de 1/3 deles encontrara algum obstáculo durante o curso. Ao mesmo tempo, temos que ponderar, pois no geral 38 alunos sobre 58 tiveram sucesso (mais da metade deles), se formaram em tempo normal e a média de aproveitamento foi 7,0 (sete), o que não é pouco, estão acima da nota mínima (cinco) exigida para aprovação.

Contrariando a origem social destes estudantes, e de certa forma também a teoria de Bourdieu, eles conseguiram driblar as dificuldades impostas pela origem social e as defasagens que podem ter dificultado a trajetória escolar de muitos deles. Isso porque, os dados apontam para um pequeno volume de capital cultural dos pais (indicado pela renda e pelo grau de escolarização) e uma relação descompassada entre idade/série. Contudo, é preciso ressaltar que Bourdieu (1985) explica o “sucesso escolar” de indivíduos pertencentes às classes populares como sendo possível, primeiro, porque todos nós temos um volume de capital cultural e segundo, porque a educação é de fato a única forma das classes populares terem acesso ao capital cultural dominante. O que ele ressalta, entretanto, é que esse sucesso destoará das condições alcançadas normalmente

---

<sup>9</sup> Fonte dos dados: IES pesquisada. Organizamos os dados em cinco categorias de alunos: formados em tempo normal; formados fora do tempo; os que permanecem matriculados; reprovados por nota ou frequência insuficiente; os que desistiram do curso.



pelas classes médias altas e pelas elites, antes mesmo de adentrarem ao sistema de ensino e no caso, ao ensino superior. (Bourdieu, 2005)<sup>10</sup>

Dados referentes ao ano de 2013, portanto, recentes, do setor de bolsas da universidade pesquisada constataam uma evasão de mais de 50% dos alunos ingressantes pelo ProUni ao longo dos cursos durante o primeiro semestre. Assim, do total de alunos do ProUni matriculados, 156 (cento e cinquenta e seis), 76 (setenta e seis) deles ou 48% terminaram o curso e 80 (oitenta) deles ou 51% desistiram, no primeiro semestre de 2013.

A constatação atual do setor de bolsas reforça a análise dos dados por nós obtidos na pesquisa realizada em 2005, com os primeiros estudantes ProUni de apenas cinco cursos. Verificamos na pesquisa já apresentada que, do total de 58 estudantes, 20 deles foram casos diferenciados: formados fora do tempo; reprovados por notas e frequência insuficiente; desistiram do curso. Um terço dos sujeitos encontraram obstáculos durante os cursos. Os nossos dados não falam explicitamente em desistência, mas apontam as dificuldades que estes estudantes bolsistas já vinham apresentando.

O fato de estarmos trabalhando na pesquisa com apenas 58 sujeitos não nos permitia fazer desagregações dos dados, como faz o setor de bolsas: quantos alunos matriculados e quantos desistentes ao longo dos semestres. Mesmo assim, na nossa pesquisa, foi possível verificar que a trajetória desses estudantes não seria linear.

O setor de bolsa, na universidade, na medida do possível registra as razões pelas quais os sujeitos desistem do ES, muitos alegam: por motivo de trabalho, gastos com transporte e alimentação, dificuldades de acompanhamento das disciplinas, gastos com material (xerox), etc.

A teoria de Bourdieu e Foracchi, conforme já vimos, também explica essas constatações. São sujeitos não esperados no ES, não têm expectativas próprias das classes médias e, portanto, o perfil social e econômico não pode garantir a permanência desses estudantes na universidade.

Analisemos agora o caso particular dos sujeitos que adentraram ao ES pelas cotas para egressos do ensino público, especialmente para negros, pardos e índios.

---

<sup>10</sup> Para melhor entendimento da relação entre capital cultural e rendimento escolar consultar Pierre Bourdieu, A escola conservadora: as desigualdades frente à escola e à cultura. In: Maria Alice Nogueira e Afrânio Catani (org.). *Escritos de educação*. Petrópolis, Editora Vozes, 2005, pp.41-64.

Conforme colocamos em nossa hipótese, queremos discutir a validade dessas cotas quanto à capacidade de atendimento dessa população desprivilegiada e se elas podem ser consideradas democráticas.

Atualmente ainda é pequeno o número de estudos que acompanham o desempenho de cotistas que adentraram ao ES público. Alguns professores de algumas universidades federais têm realizado pesquisas que acompanham esse desempenho, desde 2005.

Alguns dos resultados obtidos em estudo recente realizado pelos pesquisadores Fábio Waltenberg e Márcia de Carvalho, da UFF (Universidade Federal Fluminense), foram publicados pela imprensa em abril de 2013<sup>11</sup>. Os autores estudaram o resultado obtido pelos cotistas no ENADE 2008 - Exame Nacional de Desempenho de Estudantes – exame que avalia os cursos superiores no Brasil. No caso dos universitários que entraram no curso superior público federal por meio das cotas, verificou-se desempenho 9,3% menor que as dos demais universitários. Nas universidades estaduais os beneficiários de bônus tiveram nota, em média, 10% menor que a dos demais estudantes. Os dados têm base em pesquisa realizada com 167.704 estudantes que estavam concluindo a graduação em 13 cursos avaliados pelo exame naquele ano, 2008. Entre os cursos estavam: ciências sociais, engenharia, filosofia, história e matemática.

Segundo Waltenberg,

“Encontramos diferenças razoáveis (...) não são catastróficas (...), mas é importante registrar que existe uma diferença para não tapar o sol com a peneira” (Folha de SP, 28/04/13, C1).

Para o pesquisador, o desnível atual pode se ampliado pela política de cotas que tem como objetivo atingir 50% das vagas das federais até 2016. Com isso, esse desnível entre as notas pode ser estendido.

Outro pesquisador, o economista Álvaro Mendes Jr. da UERJ (Universidade do estado do Rio de Janeiro)<sup>12</sup> constatou que a evasão entre os cotistas na universidade é menor do que entre os outros estudantes. Neste caso, podemos pensar que para esses estudantes é mais preocupante abandonar o curso superior do que para os demais

---

<sup>11</sup> Jornal Folha de São Paulo de 28/04/2013, caderno Cotidiano, p. C1.

<sup>12</sup> Idem, p. C1.

universitários. Essa é a condição que obtiveram para fazer o ES, como abandoná-lo? Ao contrário, é preciso ficar e terminar o quanto antes a graduação para poder entrar no mercado de trabalho.

“Se os membros das classes populares e médias tomam a realidade por seus desejos, é que nesse terreno como em outros, as aspirações e as exigências são definidas, em sua forma e conteúdo, pelas condições objetivas, que excluem a possibilidade de desejar o impossível”. (Bourdieu, 2005, p.47)

A citação de Bourdieu explica como as classes populares estão limitadas pelas suas condições materiais nos momentos de escolhas referentes à educação: escolhe-se o curso e a instituição possível, e não a dos seus sonhos. Da mesma forma, durante o curso, não é possível trancar a matrícula para um eventual curso no exterior – intercâmbios, por exemplo - e não se pode pensar em desistência.

Ainda segundo Álvaro Mendes Jr., as notas de alunos não cotistas que se formaram em 2012 foi, em média, 8,5% maior do que o dos cotistas. Em cursos como ciências da computação e física essa diferença ainda é maior, passa para 43,2% e 73,2%, respectivamente.<sup>13</sup>

Antonio Beraldo<sup>14</sup>, professor de estatística da UFJF (Universidade federal de Juiz de Fora) e estudioso das ações afirmativas revela que, os estudantes saídos de escolas públicas estaduais e municipais que entraram pelas cotas na UFJF ficam atrás dos egressos de escolas públicas federais em termos de desempenho. Esse fato foi por ele verificado em pesquisa realizada com 14 mil alunos que ingressaram na UFJF entre 2006 e 2010. Ainda segundo Beraldo, a formação no ensino médio nas escolas públicas estaduais e municipais é mais fraca e isso interfere na trajetória do desempenho acadêmico dos cotistas.

Os pesquisadores Delcele Queiroz e Jocélio Teles dos Santos<sup>15</sup> apontam que o desempenho de cotistas em 2005, ano da implementação das ações afirmativas na UFBA, indicavam “resultados bastante animadores”, nas palavras dos acadêmicos.

---

<sup>13</sup> Idem, Ibidem.

<sup>14</sup> Dados publicados na Folha de São Paulo, 28/04/2013, C3.

<sup>15</sup> Dados divulgados na Folha de São Paulo, 28/04/2013, C4.

Ressaltam, Delcele e dos Santos que no período de implantação das ações afirmativas, o coeficiente de rendimento (média das notas) dos cotistas em alguns cursos, como é o caso de engenharia civil e comunicação social, a faixa de cotistas com rendimento entre 7,6 e 10 era maior do que entre os não cotistas. Dados referentes aos cotistas que adentraram à UFBA em 2006 e cursavam o sétimo semestre, a faixa dos beneficiados pelas ações afirmativas com médias entre 7,0 e 10 era menor que a dos demais alunos em 12 cursos muito concorridos, inclusive o de engenharia civil e comunicação social.

Segundo os pesquisadores, os dados parecem apontar que o rendimento dos cotistas caiu com o passar do tempo, o que segundo eles pode ter sido ocasionado pela má qualidade do ensino básico público estadual e municipal. Segundo alguns depoimentos de alunos também publicados no jornal Folha de São Paulo, “Eu vou bem nas disciplinas técnicas do curso, como desenho e criação gráfica, mas sinto dificuldades ligadas à base fraca em inglês, e conhecimentos gerais.”<sup>16</sup>

Ainda sobre as cotas, a professora Maria Eduarda Tannuri- Pianto da UnB aponta que a cota racial adotada pela UnB em 2004 atingiu seu objetivo de inclusão dos estudantes cotistas naquela instituição. Entretanto, as informações de um estudo da professora em conjunto com o pesquisador Andrew Francis dão conta de que em apenas 50% dos cursos mais seletivos da UNB os negros e pardos tinham rendimento inferior ao dos não cotistas. Acrescenta que ao longo do tempo o desempenho dos cotistas no vestibular tem decaído em relação ao dos primeiros cotistas beneficiados.

Ressalta-se que as pesquisas realizadas nas instituições federais: UFF, UFJF, UFBA e UnB apontam para o mesmo fato, ou seja, o desempenho dos cotistas vem decaindo nas universidades, principalmente nos cursos mais seletivos.

Outro aspecto importante revelado pelas pesquisas realizadas nas instituições federais é o fato dos autores levantarem a hipótese de que o ensino básico público, municipal e estadual está em declínio no quesito qualidade.

Para eles isso é possível na medida em que os cotistas deixaram de apresentar um rendimento igual ou maior do que os demais estudantes, ao contrário, passaram a apresentar um rendimento abaixo da média dos não cotistas. Pode-se concluir que em 2006, quando as cotas começaram a ser implementadas, o ensino básico público tinha

---

<sup>16</sup> Depoimento de aluna publicado na reportagem da Folha de São Paulo , 28/04/2013, C4.

uma qualidade melhor, e que ao longo do tempo, até 2011, ano dos últimos dados coletados nas instituições federais o ensino público foi perdendo a qualidade, estudantes cotistas com menos preparo passaram a entrar no ensino superior.

A partir dos dados apresentados sobre a situação de alunos ProUni de uma instituição privada e do quadro possível de ser desenhado sobre as cotas para egressos da escola pública, passamos a discutir as hipóteses de pesquisa apresentadas anteriormente.

Os dados mostram que os estudantes do ProUni pertencem às classes populares decorrendo daí, que não atendem ao perfil esperado para os que ingressam no ES, seja público ou privado, conforme discutimos anteriormente a partir de alguns autores da sociologia da educação. Consideramos aqui os objetivos da instituição universitária, ou seja, o ensino, a pesquisa e a extensão, o que faz com ela desenvolva atividades acadêmicas específicas para as quais os estudantes bolsistas não se acham preparados, o que pode acarretar o abandono dos cursos.

Entendemos que os problemas apresentados pelos alunos ProUni extrapolam o âmbito da instituição, reforçando nossa análise na direção de colocar as desigualdades econômicas, culturais e sociais como o centro do problema da permanência desses sujeitos no ensino superior. Provavelmente são essas desigualdades que ocasionaram a evasão de 51% deles no primeiro semestre de 2013, da instituição de ES pesquisada.

No caso dos alunos cotistas, os dados não são de evasão, mas de uma diferença para menos no aproveitamento com relação aos alunos não cotistas. Pela origem social dos sujeitos e pelo fato de serem egressos do ensino básico público, resta uma questão importante. Teriam esses estudantes as mesmas condições no mercado de trabalho quando obtiverem o diploma de conclusão de seus cursos?

A falta de uma educação básica de qualidade pode ser um impedimento importante para os cotistas na aquisição de capital escolar e cultural do ensino superior, sendo estes possíveis determinantes dos limites de atuação e remuneração no mercado de trabalho quando comparados aos não cotistas.

Por último, e ainda respondendo em parte à nossa hipótese, as mazelas da educação básica herdadas pelos jovens não são e não podem ser eliminadas pelos docentes no ensino superior. Tampouco podemos modificar os currículos da universidade tornando-os mais flexíveis e palatáveis para receber estudantes que

ingressam pelas cotas ou pelo ProUni. Essas ações com certeza não seriam aceitas pelos estudantes e docentes, pois estaríamos propondo uma formação diferenciada e, ainda, com alto risco de nos desviarmos do trabalho de pesquisa.

Nesta direção teremos que modificar os objetivos do ensino superior, o que seria uma contradição. A própria denominação desta etapa de ensino parte do pressuposto que o jovem já obteve determinados ensinamentos básicos, propedêuticos, para poder acessar um nível superior de conhecimentos.

### **Considerações Finais**

Tomando como ponto de partida os achados das pesquisas aqui descritos e considerando que a integração desses sujeitos na sociedade brasileira depende de soluções sociais mais profundas, pois a desigualdade social é de fato o motor da segregação desses grupos, o ganho educacional dos cotistas e bolsistas ProUni não representa uma ação democrática igualitária e equitativa.

As ações afirmativas são pontuais<sup>17</sup> e podem elevar esses sujeitos a outro patamar social, mínimo que seja, mas com diferenças não perceptíveis pelos beneficiários. As ações afirmativas na tentativa de fornecer condições educacionais igualitárias, ou ainda, “garantir” aos poucos beneficiários o ensino superior, estão na realidade promovendo uma acomodação desses sujeitos frente aos problemas sociais que enfrentam e especialmente aos educacionais.

É provavelmente por um efeito de inércia cultural que continuamos tomando o sistema escolar como um fator de mobilidade social, segundo a ideologia da “escola libertadora”, quando ao contrário, tudo tende a mostrar que ele é um dos fatores mais eficazes de conservação social, pois fornece a aparência de legitimidade às desigualdades sociais, e sanciona a herança cultural e o dom social tratado como dom natural (Bourdieu, 2005, p. 41).

---

<sup>17</sup> Segundo dados do último censo do IBGE, 2010, a população brasileira é de 190.732.694 pessoas. Deste total, 97.000.000 são de não brancos, sendo 82.000.000 de pardos e 15.000.000 de negros. O total de **brancos** da população é de 91.000.000. Portanto mais da metade da população brasileira é de **não brancos**, 51,59% enquanto a de brancos é de 48,40%. Em 2010, entre pessoas de 15-24 anos que frequentavam o ES, 31,1% dos estudantes eram brancos e 12,8% eram pretos e 13,4% pardos. Em termos proporcionais, temos muito mais brancos 31,1% no ES do que **não brancos** 26,2%. Dados retirados do site do IBGE e do site da Fundação Cultural Palmares; consulta realizada em 25/11/2013.

Esta colocação de Bourdieu esclarece o quanto a escola capitalista é conservadora e o quanto é falsa a idéia de “escola libertadora”. De certa forma as ações afirmativas estão promovendo e reforçando a ideologia da escola libertadora para sujeitos que não tiveram na sociedade brasileira direitos democráticos garantidos. Os negros, os pardos, os índios e os brancos pobres, a maioria da população brasileira, só terá minimamente direitos democráticos se a escola básica pública deixar de ser uma escola promotora de segregação.

Quando a escola básica pública, estadual e municipal for de qualidade equivalente à melhor escola privada destinada aos brancos ricos, essa população não precisará ser atendida por políticas públicas com aparência de democráticas. A dívida que o Estado brasileiro tem para com os negros, pardos, índios e brancos pobres, deve ser paga não com ações afirmativas pontuais que atendem a poucos. A forma de pagar essa dívida é promovendo uma reforma de qualidade na escola básica, tornando-a de qualidade para todos.

A educação básica, ensino fundamental e médio de qualidade garante a possibilidade de opções frente ao ensino superior público federal ou estadual. Só assim os grupos segregados terão oportunidades de melhores trabalhos, melhores salários integrando-se de fato na sociedade como um todo.

As ações afirmativas da forma como foram implementadas, sem nenhum planejamento paralelo que garanta de fato a reforma da educação básica, enquanto elas estiverem em vigência, expõe a intenção do governo em encobrir os problemas e deficiências da educação como um todo, especialmente os do ensino médio.

## Bibliografia

AUGUSTO, Maria Helena. Retomada de um legado intelectual – Marialice Foracchi e a sociologia da juventude. In: *Tempo Social, revista de sociologia da USP*, v.17, n.2, 2005, p.16.

BOURDIEU, Pierre; PASSERON, Jean-Claude. *Les héritiers, les étudiants et la culture*. Paris, Les Éditions de Minuit, 1985.

BOURDIEU, Pierre. *A distinção- crítica social do julgamento*. São Pulo. Zouk, Educsp, 2007.

FORACCHI Marialice M. *O estudante e a transformação da sociedade brasileira*. São Paulo, Companhia das Letras, 1997.

LAHIRE, Bernard. *Sucesso Escolar nos meios populares- as razões do improvável*. São Paulo, Editora Ática, 2004, p. 19.

Nogueira, Maria Alice e Catani, Afrânio (org.). *Escritos de educação*. Petrópolis, Editora, Vozes, 2005.

SAES, Décio. Classe média e política de classe: uma nota teórica. In :*Contraponto*, n°. 2, nov. Rio de janeiro, 1997, p. 100.